

A dominação do feminino, o falso despertar e o descarte da vida em “Uma galinha”, de Clarice Lispector

Andréa Pereira Cerqueira
Dinah Lima

Desleituras

ISSN 2764-006X — Número 15 - jan. | fev. 2026

[Recebido em 10. jan. 2026, aceito em 02 fev. 2026]

DOI <https://doi.org/10.56372/desleituras.v15i15.228>

Andréa Pereira Cerqueira

Mestranda em Literatura (Universidade de Brasília), Especialista em Literatura Contemporânea Brasileira e Literatura em Língua Inglesa.
E-mail: prof.andreacerqueira@gmail.com

Dinah Lima

Mestranda em Direito e Políticas Públicas (Uni-CEUB). Bolsista da FAP/DF. Especialista em Direito de Família, Direito Processual Civil e Direito Previdenciário.
E-mail: dinahlima@hotmail.com

Resumo: Neste estudo examinamos a retórica *red pill* como expressão contemporânea de uma racionalidade instrumental que converte o outro, sobretudo a mulher, em objeto de avaliação, consumo e descarte. Tomando como corpus central o conto “Uma galinha”, de Clarice Lispector, a análise demonstra como a narrativa constrói, em chave alegórica, um regime de valoração no qual o corpo é capturado, a vida é reconhecida apenas quando se torna útil, o afeto é condicionado ao desempenho e a maternidade opera como salvo-conduto provisório. Articulando o texto literário a aportes teóricos de Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Judith Butler, Silvia Federici, Zygmunt Bauman, Roland Barthes e Byung-Chul Han, o estudo evidencia que a promessa de “despertar” associada ao discurso *red pill* pode funcionar como forma de cegueira ética. O conto revela, assim, uma violência normalizada que não se impõe por exceção, mas se naturaliza como funcionamento ordinário das relações.

Palavras-chave: Clarice Lispector. Red pill. Maternidade. Alteridade.

Abstract: This study examines the red pill rhetoric as a contemporary expression of an instrumental rationality that converts the other, especially women, into an object of evaluation, consumption, and disposal. Taking Clarice Lispector’s short story “A Hen” as its central corpus, the analysis demonstrates how the narrative constructs, in an allegorical key, a regime of valuation in which the body is captured, life is recognized only when it becomes useful, affection is conditioned on performance, and motherhood operates as a provisional safe-conduct. Articulating the literary text with theoretical contributions from Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Judith Butler, Silvia Federici, Zygmunt Bauman, Roland Barthes, and Byung-Chul Han, the study shows that the promise of “awakening” associated with the red pill discourse can function as a form of ethical blindness. The story thus reveals a normalized violence that is not imposed by exception, but is naturalized as the ordinary functioning of relationships.

Keywords: Clarice Lispector. Red pill. Motherhood. Alterity.

Introdução

Este estudo examinaremos como a retórica *red pill*, ao prometer um “despertar” e uma leitura “realista” das relações, reitera uma racionalidade instrumental que converte o outro, sobretudo a mulher, em objeto de avaliação, consumo e descarte. Para compreender esse regime, tomamos como corpus central o conto “Uma galinha”, de Clarice Lispector, publicado em *Laços de família* (2016), cuja arquitetura narrativa expõe, em chave alegórica, a redução do vivo à função: a vida só se torna socialmente tolerável quando prova utilidade, quando rende, quando serve. A força crítica do conto reside em tornar visível, com ironia seca, um mecanismo que naturaliza a violência sem ódio e preserva sem amor.

Partimos da hipótese de que a alegoria clariceana não apenas dramatiza um episódio doméstico de captura e morte, mas evidencia um regime de valoração: o corpo é administrado, a vida é instrumentalizada, o afeto é condicionado ao desempenho e a maternidade funciona como salvo-conduto provisório, isto é, como trégua funcional que não revoga a possibilidade do descarte. Nessa perspectiva, a análise procura demonstrar que a suposta lucidez *red pill* pode operar como forma de cegueira ética: ao transformar vínculos em cálculo, a alteridade é reduzida a métricas e funções, e a reciprocidade perde estatuto de fundamento moral.

Para sustentar essa leitura, articulamos o conto a um conjunto teórico que permite mapear a passagem da captura do corpo à administração da vida. Em Simone Beauvoir, encontramos a crítica à constituição do feminino como Outro e a exigência ética de uma liberdade necessariamente relacional; em Michel Foucault, a inteligibilidade da docilidade-utilidade como técnica de poder; em Judith Butler, a discussão da normatividade que governa a materialidade dos corpos e das vidas inteligíveis; em Silvia Federici, o processo histórico de naturalização do trabalho doméstico e reprodutivo; em Zygmunt Bauman, a lógica

de consumo afetivo e a reversibilidade dos vínculos; em Roland Barthes, a resistência à classificação do outro e a crítica à “viabilidade” como critério de valor; em Byung-Chul Han, a descrição de um regime de atenção fragmentada que neutraliza a negatividade necessária à reflexão e à ruptura; e, por fim, em Rita Segato e na literatura recente sobre a manusfera, elementos para compreender a centralidade do corpo como primeiro território de captura e controle.

O percurso argumentativo organiza-se em seis movimentos. Primeiro, discutimos a dominação do corpo como captura inaugural, anterior a vínculo e reconhecimento. Em seguida, analisamos a vida avaliada pela utilidade, evidenciando como o vivo só “existe” socialmente quando se converte em rendimento. Na terceira seção, examinamos o afeto condicionado e o falso cuidado, mostrando como o zelo pode funcionar como gestão da utilidade. Depois, abordamos a clausura doméstica e a “servidão da maternidade” como estabilização espacial e simbólica da dominação. Na sequência, tratamos da maternidade como salvo-conduto provisório e, por fim, da figura da vida entregue, consolidando a tese de que a tolerância da vida é condicional, revogável e governada pela docilidade-utilidade. O texto se encerra interrogando a promessa de “despertar” e demonstrando que, em “Uma galinha”, não há transformação ética, mas a continuidade de um automatismo que torna a violência quase imperceptível.

A dominação do corpo

Para compreender o modo como a retórica *red pill* organiza uma leitura instrumental das relações, é decisivo começar pelo ponto em que essa racionalidade se instala de forma mais imediata: o corpo. Em “Uma galinha”, Clarice Lispector expõe, com deliberada frieza, como o vivo pode ser reduzido à função e administrado por um olhar que não reconhece interioridade. É a partir dessa captura primeira, anterior ao afeto, à moral e à

própria relação, que se torna possível estabelecer o diálogo entre o conto e dispositivos contemporâneos de objetificação e controle do feminino.

No contexto da chamada manosfera, o termo *red pill* é mobilizado como símbolo de um suposto “despertar” para a realidade, em alusão direta ao filme *Matrix* (Weselovski da Silva; Hennigen, 2024, p. 2). Nessa lógica, a opressão histórica contra as mulheres é tratada como “ilusão” que esconderia um sistema “ginocêntrico”, e o objetivo seria acessar a “verdade” sobre a natureza feminina, frequentemente reduzida a imperativos biológicos e funcionais. É contra essa fantasia de uma natureza explicada “de fora” que o conto “Uma galinha”, de Clarice Lispector, opera. A narrativa se inicia recusando à protagonista qualquer profundidade psicológica legível: “Nunca se adivinharia nela um anseio” (Lispector, 2016, p. 155). A frase atua como veredito: o desejo não aparece como voz interna, mas como algo que o olhar alheio concede ou, neste caso, nega.

É nesse ponto que o corpo começa a ser tomado como Outro, definido menos como sujeito e mais como função. Simone de Beauvoir descreve com precisão essa mecânica de alteridade que estrutura o olhar masculino sobre o feminino: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o essencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” (Beauvoir, 2009, p. 14).

Em “Uma galinha”, essa determinação externa é brutal. Antes mesmo da tentativa de fuga, o corpo da protagonista não é propriamente visto: é manejado. A família a avalia “apalpando sua intimidade com indiferença”, incapazes de dizer “se era gorda ou magra” (Lispector, 2016, p. 156). A indiferença no toque revela que não se trata de um encontro com um ser, mas da verificação de um objeto. Michel Foucault permite ler esse manejo como técnica de poder: “Esses métodos (...) impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (Foucault, 1999, p. 164). Aqui, a disciplina não exige grades visíveis; ela se instala na redução do corpo à sua utilidade comedível.

Há, contudo, no conto, o momento da fuga. No ponto em que o escape quase se confunde com respiro e esperança súbita de vida, Clarice interrompe a cena com uma pergunta que funciona como exame do corpo por dentro: “Que é que havia nas suas vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser.” (Lispector, 2016, p. 157). A existência passa a ser medida pelo que pulsa, pela matéria viva, como se o estatuto de “ser” dependesse de um reconhecimento arrancado das vísceras, já que o reconhecimento social lhe foi negado. Nesse limiar, a alteridade se instala de forma radical. Como aponta Rita Segato: “O corpo é entendido aqui como o primeiro outro, a primeira experiência de limite, a primeira cena da incompletude e da falta.” (Segato, 2025, p. 17).

Esse corpo, que é “víscera” para si mesmo, mas “coisa” para a família, está sujeito ao que Judith Butler chama de “ideal regulatório”. A categoria “sexo” e, por extensão, “fêmea” funciona como norma que governa a materialidade dos corpos (Butler, 2019). Quando a galinha é recapturada e devolvida à cozinha, impõe-se não apenas um retorno físico, mas a recondução a um destino produtivo. Silvia Federici argumenta que o capitalismo precisou transformar o trabalho doméstico e reproduutivo em atributos de personalidade, convencendo-nos de que é “uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude” (Federici, 2019, p. 42-43). O anseio negado no início do conto já anunciava essa sentença: antes de ser vivida, a vida da galinha, e, alegoricamente, a da mulher sob a ótica red pill, é uma vida administrada.

A partir dessa captura inaugural, abre-se a etapa seguinte do argumento: se o corpo é reduzido à função, a existência passa a ser contabilizada por critérios de rendimento. Com isso, o conto desloca o problema do manejo corporal para um regime de valor, no qual a vida se torna tolerável apenas quando se torna útil.

Vida avaliada pela utilidade

Se o corpo se apresenta como o primeiro lugar de captura, definido de fora, administrado e reconduzido à função, torna-se

necessário compreender como essa captura se traduz em critério de valor. Em “Uma galinha”, Clarice Lispector evidencia que, uma vez reduzido a corpo-função, o vivo só adquire existência social quando se torna útil. É esse deslocamento, do corpo dominado à vida instrumentalizada, que se examina a seguir, colocando o conto em diálogo com o imaginário *red pill* e com uma crítica ética da racionalidade utilitária que o atravessa.

No conto, Lispector encena uma lógica na qual a vida só se justifica enquanto cumpre uma função. Antes de pôr o ovo, a galinha não é percebida como um ser vivo dotado de singularidade; ela é apenas um meio para um fim previamente definido, o alimento. Sua existência não convoca reconhecimento, mas cálculo. Trata-se de uma racionalidade instrumental que mede o valor do vivo exclusivamente por sua utilidade prática.

Essa lógica encontra paralelo direto no discurso *red pill*, que avalia o valor do outro, sobretudo da mulher, a partir de critérios funcionais como juventude, fertilidade, desempenho afetivo ou sexual. O sujeito não é reconhecido como fim em si mesmo, mas como portador de atributos passíveis de consumo, substituição ou descarte. O que está em jogo não é a liberdade relacional, mas a eficiência do vínculo.

Simone de Beauvoir oferece uma chave decisiva para compreender essa redução.

O homem não pode encontrar senão na existência dos outros homens uma justificação de sua própria existência. [...] A preocupação moral não vem de fora ao homem; ele encontra em si mesmo essa pergunta ansiosa: para que? [...] Querer ser livre é também querer livres os outros. Essa vontade não é uma fórmula abstrata; indica a cada um ações concretas a cumprir. Mas os outros são separados, opostos mesmo, e em suas relações com eles o homem de boa vontade vê surgirem problemas concretos e difíceis. É esse aspecto positivo da moralidade que vamos agora examinar (Beauvoir, 1970, p. 60–61).

A filósofa inscreve a liberdade no campo da reciprocidade, e não da apropriação. A lógica utilitária, porém, opera na direção oposta: afirma a própria liberdade à custa da instru-

mentalização do outro. Na narrativa clariceana, a galinha só é poupada quando passa a produzir; no discurso *red pill*, a mulher só é valorizada enquanto corresponde a expectativas funcionais. Em ambos os casos, a liberdade do outro é irrelevante.

A suspensão da violência em “Uma galinha” ocorre quando o ovo aparece: “não mate mais a galinha, ela pôs um ovo!” (Lispector, 2016, p. 157). Esse evento biológico não inaugura empatia nem reconhecimento ético. Ele apenas reinsere a galinha no circuito da utilidade. Clarice revela, assim, que a vida não é preservada por ser vida, mas por gerar algo aproveitável. A maternidade, ainda que apenas sugerida, torna-se critério de valor, não como experiência subjetiva, mas como função social.

Beauvoir já havia advertido para esse mecanismo ao afirmar que

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (2009, p. 361).

O que está em jogo não é uma essência natural, mas uma construção social que associa o feminino a determinadas funções, entre elas, a reprodutiva e a afetiva. O discurso *red pill* radicaliza essa construção ao traduzi-la em métricas explícitas de valor, transformando o corpo e o afeto em capitais simbólicos. Clarice, por sua vez, expõe o absurdo dessa lógica ao deslocá-la para o campo animal, tornando visível sua crueldade estrutural.

Zygmunt Bauman ajuda a compreender o horizonte sociológico desse processo ao observar que, na modernidade líquida, as relações passam a ser vistas como produtos avaliados por satisfação imediata e facilmente substituíveis (Bauman, 2004). A galinha é descartável até que prove sua utilidade; o outro, nas relações contemporâneas, permanece enquanto satisfaz expectativas previamente estipuladas.

Essa lógica de consumo afetivo elimina qualquer reconhecimento da singularidade. O discurso *red pill* opera por tipologias, rankings e generalizações, reduzindo o outro a categorias fixas e previsíveis. Em “Uma galinha”, a impossibilidade de reconhecer a singularidade do vivo é o que autoriza a violência silenciosa. Não se mata alguém; elimina-se algo.

Lispector expõe, com ironia seca, o núcleo dessa racionalidade. Trata-se de uma forma de pensamento que se apresenta como lúcida, realista e desmistificadora, mas que só consegue reconhecer valor onde há rendimento. O conto sugere que o verdadeiro perigo não reside na ignorância ou no ódio declarado, mas na naturalização de uma lógica que transforma a vida em instrumento e o vínculo em operação funcional, uma lógica que mata sem ódio e poupa sem amor.

Ao mostrar que a vida só se torna digna de preservação quando se converte em valor funcional, explicita-se o princípio que sustenta todas as demais dinâmicas analisadas no estudo. Uma vez instaurada essa racionalidade, torna-se possível compreender por que o cuidado emerge apenas como resposta ao desempenho e por que a maternidade passa a operar como critério de tolerância da vida.

Afeto condicionado e falso cuidado

Quando a vida passa a ser reconhecida apenas na medida em que se torna funcional, os efeitos dessa racionalidade se estendem ao campo do afeto. O cuidado não desaparece, mas se reconfigura. Ele deixa de ser reconhecimento da alteridade para tornar-se gestão da utilidade. Em “Uma galinha”, Clarice Lispector encena precisamente essa mutação, revelando como a lógica instrumental pode assumir a forma de zelo sem jamais romper com a violência que a sustenta.

O cuidado que a família passa a dedicar à galinha não nasce do reconhecimento de sua condição de ser vivo, mas de um acontecimento funcional, o fato de pôr um ovo. Antes dis-

so, a relação é marcada pela indiferença absoluta: “Não olhava para ninguém, ninguém olhava para ela” (Lispector, 2016, p. 156). A ausência de olhar, gesto mínimo de reconhecimento, já anuncia que não há vínculo, apenas uso potencial. O afeto não é negado; ele simplesmente não existe enquanto a galinha não cumpre uma função.

Quando o ovo surge, instaura-se uma mudança abrupta de atitude. O grito da criança é decisivo: “Mamãe, mamãe, não mate mais a galinha, ela pôs um ovo! ela quer o nosso bem!” (Lispector, 2016, p. 157). O argumento não é ético, mas utilitário. A galinha merece viver porque produz algo valioso para a família. O cuidado nasce, portanto, como resposta à utilidade recém-comprovada. Trata-se de um afeto condicionado, dependente de desempenho e justificativa.

Essa forma de cuidado não rompe com a lógica instrumental; ao contrário, aprofunda sob aparência de ternura. A galinha passa a morar com a família e torna-se “a rainha da casa” (Lispector, 2016, p. 158), mas Clarice introduz uma observação decisiva: “Todos, menos ela, o sabiam” (Lispector, 2016, p. 158). O cuidado não constitui relação; ele administra uma função. A galinha permanece inconsciente da suposta valorização porque não é sujeito do vínculo, mas objeto de um acordo tácito: viver enquanto for útil.

Simone de Beauvoir (1970) oferece, mais uma vez, um contraponto decisivo. Se a liberdade só se realiza de modo relacional, o que se observa no conto é o oposto. A vida da galinha é preservada sem que sua liberdade seja reconhecida. Ela continua confinada à cozinha e ao terraço, “usando suas duas capacidades: a de apatia e a do sobressalto” (Lispector, 2016, p. 158). O cuidado não transforma a relação; apenas reorganiza a função. Não há abertura à alteridade nem ruptura com a lógica que a reduzia a alimento em potencial. O gesto de poupar não emancipa. Ele prolonga a utilidade sob uma forma mais branca e socialmente aceitável.

Esse funcionamento não se limita ao espaço doméstico do conto, mas inscreve-se em uma lógica social mais ampla. Ao

analisar a modernidade líquida, Bauman mostra que os vínculos são concebidos como arranjos provisórios, mantidos sob a condição de reversibilidade (Bauman, 2004). O que se preserva não é o outro, mas a possibilidade de desfazer a relação sem perdas. No conto, essa reversibilidade está dada desde o início: a vida é tolerada enquanto útil, e o cuidado permanece condicionado à possibilidade de retirada.

Clarice explicita a fragilidade desse pacto ao mostrar que o afeto da família não se traduz em pensamento, empatia ou transformação ética: “O pai, a mãe e a filha olhavam já há algum tempo, sem um pensamento qualquer” (Lispector, 2016, p. 158). O cuidado não gera reflexão. Ele apenas suspende a violência. Trata-se de um zelo vazio, que não reconhece a alteridade nem produz responsabilidade duradoura.

Roland Barthes ajuda a compreender o que falta nesse tipo de relação ao afirmar: “Não posso classificar o outro, pois o outro é, precisamente, Único” (Barthes, 2018, p. 25). Em “Uma galinha”, ocorre exatamente o oposto. A galinha é mantida viva não por sua singularidade, mas por sua classificação funcional, como poedeira, mãe, produtora. O afeto não nasce do encontro com o outro, mas da utilidade que dele se extrai.

Clarice expõe, assim, um falso cuidado que não elimina a violência, apenas a adia. O afeto condicionado opera como forma mais sofisticada de dominação. Não mata imediatamente, mas mantém a vida sob vigilância funcional. Ao revelar a precariedade desse cuidado, o conto antecipa uma crítica contundente às relações que se sustentam não no reconhecimento da alteridade, mas na exigência silenciosa de desempenho contínuo.

A partir desse ponto, torna-se necessário examinar o espaço em que essa lógica se estabiliza. Quando o cuidado já está condicionado ao desempenho, a função materna surge associada a um confinamento específico. É essa articulação entre espaço doméstico e maternidade que analisaremos a seguir.

A clausura doméstica e a “servidão da maternidade”

Uma vez demonstrado que o cuidado surge como forma administrada de preservação da vida, condicionado ao desempenho e à utilidade, torna-se necessário observar o espaço em que essa racionalidade se estabiliza. Em “Uma galinha”, a captura do vivo não se dá apenas no nível do valor ou do afeto, mas se consolida espacialmente por meio do confinamento doméstico. A cozinha, longe de funcionar como abrigo, constitui-se como o lugar em que a existência precisa se justificar continuamente para não ser eliminada.

Se a dominação começa pelo olhar que objetifica, ela se consuma no espaço que confina. No conto, a galinha é arrancada do telhado, lugar de uma liberdade precária e vertiginosa, e devolvida ao chão da cozinha. Esse deslocamento não é meramente geográfico; trata-se de um gesto político. Quando Clarice descreve que a galinha foi “carregada em triunfo por uma asa através das telhas e pousada no chão da cozinha com certa violência” (Lispector, 2016, p. 157), o que se observa é a restauração da ordem. A fuga não inaugura uma nova possibilidade de vida, mas reafirma, por contraste, o lugar que lhe está destinado.

A cozinha não se apresenta, portanto, como espaço de acolhimento. Ela funciona como cativeiro, como o lugar em que a vida permanece sob vigilância e precisa comprovar sua utilidade para continuar existindo. Sob um olhar mais atento, esse espaço doméstico revela-se como o cativeiro de muitas outras mulheres, historicamente confinadas ao privado sob a justificativa da naturalidade.

Nesse cenário, a lógica da retórica *red pill* e a do patriarcado tradicional convergem. Ambas dependem de que o feminino seja circunscrito ao espaço doméstico, associado à reprodução, ao cuidado e à manutenção da vida alheia. Michel Foucault observa que a organização da vida moderna confisca a sexualidade e a encerra na família, absorvendo-a inteiramente na seriedade da reprodução (Foucault, 1999). A naturalidade com que a galinha é reintegrada à cozinha encobre, assim, uma

operação de poder: ela precisa estar ali não porque escolhe, mas porque é ali que seu corpo se torna funcional.

O que impede o abate imediato é o episódio do ovo, frequentemente lido como milagre, mas que Clarice trata de desromantizar. Não há epifania nem redenção; há exaustão fisiológica convertida em salvo-conduto. “De pura afobação a galinha pôs um ovo” (Lispector, 2016, p. 157). O ovo funciona como moeda de troca que valida a existência daquele corpo diante da soberania familiar. Trata-se de um vale-vida cuja duração é sempre provisória.

A rapidez com que a galinha assume esse novo papel constitui uma das ironias mais cortantes do conto. Clarice escreve que a galinha, “nascida que fora para a maternidade, parecia uma velha mãe habituada” (Lispector, 2016, p. 157). O verbo “parecia” é decisivo. Ele indica que a maternidade não emerge como essência, mas como adaptação. Essa formulação permite um diálogo direto com Judith Butler, para quem os papéis de gênero operam por meio da performatividade, isto é, como repetições normativas que tornam os corpos inteligíveis e socialmente toleráveis (Butler, 2018). A galinha performa a mãe para sobreviver.

Simone de Beauvoir já havia denunciado esse mecanismo ao afirmar que o organismo da fêmea acaba se adaptando àquilo que ela nomeia como “servidão da maternidade”, não por destino natural, mas por imposição social (Beauvoir, 2009). No conto, a maternidade não se apresenta como escolha nem como realização subjetiva, mas como exigência silenciosa. A família aceita essa troca com alívio, pois ela reafirma a ordem das coisas e estabiliza o cotidiano.

É nesse ponto que a crítica clariceana se aproxima da análise de Silvia Federici, para quem o capitalismo historicamente transformou o trabalho reprodutivo em atributo moral e afetivo, fazendo com que ele apareça como amor, vocação ou realização pessoal, e não como serviço (Federici, 2017). O que a retórica red pill frequentemente apresenta como resgate do feminino autêntico revela-se, assim, como reedição de

um mecanismo de controle no qual o trabalho reprodutivo é naturalizado para ocultar sua exploração. A galinha vive, mas vive sob a condição de que seu cativeiro permaneça produtivo, controlado e autorizado.

A clausura doméstica, portanto, funciona como espaço privilegiado de estabilização da dominação. Nela, o corpo capturado é mantido vivo apenas enquanto produtivo. Evidencia-se que a maternidade não rompe com a lógica instrumental, mas a reorganiza. A vida é tolerada, não reconhecida; protegida, não libertada. É a partir dessa constatação que se torna possível avançar para a análise da maternidade como salvo-conduto provisório, isto é, como forma específica de suspensão da violência que jamais revoga a possibilidade do descarte.

Maternidade como salvo-conduto provisório

Após a análise da clausura doméstica como espaço de estabilização da dominação, impõe-se examinar o papel específico que a maternidade passa a desempenhar nesse regime. Em “Uma galinha”, a função materna não inaugura uma transformação ética nem suspende a lógica instrumental que rege a vida doméstica. Ao contrário, ela opera como critério excepcional de tolerância da vida. Trata-se de uma trégua funcional, e não de um reconhecimento do sujeito.

Na narrativa, a maternidade não promove uma mudança duradoura no modo como a galinha é percebida. O ovo interrompe o gesto de matar, mas não altera a racionalidade que o tornava possível. A cena é decisiva: “Foi então que aconteceu. De pura afobação a galinha pôs um ovo. Surpreendida, exausta. Talvez fosse prematuro” (Lispector, 2016, p. 157). A vida é pouparada não por reconhecimento ético, mas por função. O corpo que antes era alimento converte-se, provisoriamente, em matriz.

A reação da família confirma esse mecanismo. A galinha passa a ser tolerada porque produz e porque aquece o ovo:

“Seu coração, tão pequeno num prato, soleava e abaixava as penas, enchendo de tepidez aquilo que nunca passaria de um ovo” (Lispector, 2016, p. 157). O cuidado que surge permanece integralmente ancorado na função materna. Não há deslocamento do olhar nem ampliação do reconhecimento. O valor da galinha continua sendo definido por aquilo que ela entrega, agora sob a forma da maternidade.

Simone de Beauvoir já havia problematizado esse tipo de preservação funcional ao afirmar que libertar a mulher não significa encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas recusar que essas relações a definam inteiramente (Beauvoir, 2009). No conto, ocorre exatamente o oposto. A galinha passa a ser integralmente definida por sua função materna. Sua vida é aceita desde que permaneça capturada nesse papel. A maternidade não liberta; converte-se em salvo-conduto.

Essa lógica revela uma forma específica de exercício do poder. Não se trata da eliminação direta, mas da captura simbólica. A galinha, “nascida que fora para a maternidade” (Lispector, 2016, p. 157), passa a existir sob vigilância funcional. O papel materno não é escolha nem reconhecimento; é imposição silenciosa. A violência não desaparece, apenas se reorganiza sob uma forma socialmente legitimada.

Zygmunt Bauman contribui para compreender o alcance desse mecanismo ao observar que, na modernidade líquida, os vínculos se mantêm apenas enquanto cumprem expectativas claramente delimitadas (Bauman, 2004). A preservação é sempre condicional e nunca definitiva. No conto, a maternidade não estabelece um vínculo estável, mas institui uma trégua. A galinha continua vivendo sob a possibilidade permanente do descarte, ainda que temporariamente sacralizada.

Roland Barthes oferece uma chave crítica para essa lógica ao questionar a centralidade da viabilidade como critério afetivo: “Dizem-me: este gênero de amor não é viável. Mas como avaliar a viabilidade? Por que o que é viável seria um

Bem? Por que durar seria melhor do que queimar?” (Barthes, 2018, p. 17). A maternidade da galinha funciona como índice máximo de viabilidade. Enquanto é produtiva, sua vida é aceitável. Quando a função se esgota, o vínculo perde sentido. O valor não reside no ser, mas no rendimento.

Clarice evidencia a precariedade desse salvo-conduto ao mostrar que, mesmo durante o período de proteção, nada se transforma de modo substantivo: “A galinha passou a morar com a família” (Lispector, 2016, p. 158), mas permanece alheia à condição que lhe foi atribuída. Não há consciência, escolha ou reciprocidade. A maternidade não inaugura uma história nem reconfigura a relação; ela apenas adia o fim.

O desfecho do conto dissolve qualquer ilusão de redenção: “Até que um dia mataram-na, comeram-na e passaram-se anos” (Lispector, 2016, p. 158). A maternidade não salva; apenas posterga. Com essa conclusão seca, Clarice desmonta a fantasia de que determinados papéis, sobretudo os maternos, garantiriam proteção definitiva. O que se preserva não é a vida, mas a função enquanto útil.

O conto clariceano revela, assim, que a maternidade, longe de operar como redenção automática, pode funcionar como mecanismo de captura. Trata-se de um modo de manter o vivo sob controle, adiando a violência sem jamais revogá-la. A galinha não é morta apesar de ser mãe; ela é poupada enquanto a maternidade convém. Quando deixa de convir, a lógica original se restabelece intacta.

A maternidade, portanto, não opera como reconhecimento ético da vida, mas como forma de tolerância condicional. Mesmo durante o período de proteção, a lógica do descarte permanece ativa. A vida é poupada, mas segue sendo administrada como recurso. É dessa precariedade estrutural, em que a existência subsiste apenas sob concessão revogável, que emerge a figura da “vida entregue”, por meio da qual se consolida definitivamente a relação de docilidade-utilidade.

A vida entregue: a galinha como espelho da condição feminina

Se a maternidade operou como trégua funcional e salvo-conduto provisório, torna-se necessário examinar o estatuto dessa vida que passa a ser tolerada sob condição. Em “Uma galinha”, Clarice Lispector nomeia essa condição com precisão perturbadora. Trata-se de uma vida “entregue”, não apropriada por quem a vive, mas concedida e administrada por outros. É essa forma de existência sob tutela, dócil, útil e permanentemente revogável, que se impõe como desfecho lógico do percurso analisado até aqui.

A domesticação da galinha, agora consolidada pela maternidade, não deve ser lida apenas como um evento zoológico. Ela opera, na economia do conto, como alegoria da domesticação do corpo feminino. Clarice Lispector assinala o caráter ilusório dessa paz doméstica ao afirmar que a galinha permanece “inconsciente da vida que lhe fora entregue” (Lispector, 2016, p. 158). A formulação é decisiva, pois indica uma existência alienada de si mesma, cuja continuidade não depende de escolha nem de reconhecimento, mas de concessão externa.

A expressão “vida entregue” sugere, assim, uma existência sob tutela. Nessa condição, a galinha, tal como a mulher no imaginário patriarcal, não possui a própria vida, mas a recebe como autorização precária dos donos da casa. Essa autorização está condicionada, em última instância, à manutenção de uma postura inofensiva e funcional. Ao observarmos a ave confinada na sala, vemos projetar-se o ideal de feminilidade que o discurso red pill busca naturalizar: um ser cuja sobrevivência depende de agradar, servir e não ameaçar a ordem estabelecida.

Michel Foucault descreve essa mecânica de poder ao afirmar que tais métodos “impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1999, p. 164). A galinha só é tolerada aquecendo o estômago e o ovo porque seu corpo se tornou dócil o suficiente para não perturbar a ordem e útil o suficiente para sustentá-la. A vida não é reconhecida em sua singula-

ridade, mas administrada segundo critérios de rendimento e previsibilidade.

A família reveste essa exploração com uma camada de afeto e a chama de “rainha da casa”, mas essa nomeação não altera a estrutura da relação. Silvia Federici permite desmascarar esse falso reinado ao mostrar como, historicamente, o sistema transformou o trabalho de reprodução e cuidado em algo que, longe de ser reconhecido como serviço produtivo, passou a aparecer como ato privado de amor e dever (Federici, 2017, p. 192). O afeto que a família dedica à galinha é, na verdade, a gestão de um recurso. Enquanto ela performa a mãe devotada, sua condição de alimento permanece suspensa, mas jamais abolida. A violência estrutural contra seu corpo continua intacta.

Essa precariedade remete diretamente ao que Judith Butler discute ao tratar das vidas que habitam uma zona de inviabilidade (Butler, 2019). A matriz normativa que regula quais vidas merecem ser preservadas é rígida e excludente. Ao deixar de cumprir sua função materna ou simplesmente ao cair no esquecimento da rotina doméstica, o sujeito desliza de volta à condição de objeto descartável. O desfecho do conto confirma que a fêmea nunca é um fim em si mesma nesse sistema.

A narrativa se encerra com a frieza de um ciclo econômico: “Até que um dia mataram-na, comeram-na e passaram-se anos” (Lispector, 2016, p. 158). A morte não se apresenta como tragédia, mas como retorno à normalidade utilitária. A maternidade funcionou como salvo-conduto temporário, mas, esgotada a função, a relação de docilidade-utilidade resolve-se no consumo final. É nesse ponto que a galinha e a mulher se encontram no texto clariceano, ambas submetidas a uma lógica em que a vida só é validada enquanto serve a alguém.

A consolidação da figura da “vida entregue”, entendida como existência sob tutela, dócil, útil e descartável, conduz inevitavelmente à interrogação que orienta o fechamento do ensaio. Diante desse regime de administração da vida, haveria algum espaço efetivo para o “despertar” prometido pelo imaginário red pill? Em “Uma galinha”, tudo indica que não há

ruptura nem consciência transformadora, mas a normalização de um automatismo que torna a violência quase imperceptível. É essa ilusão do despertar que passamos a examinar a seguir.

A ilusão do “despertar”

Após a análise da vida entregue, administrada e permanentemente revogável, impõe-se enfrentar o núcleo ideológico que sustenta esse regime. Trata-se da crença de que ver claramente equivale a agir eticamente. O discurso *red pill* se apresenta como promessa de lucidez e ruptura com ilusões, mas a história de “Uma galinha” constrói um universo narrativo em que nada desperta, nada se transforma e nada se elabora. É essa disjunção entre lucidez instrumental e ética que se torna decisiva para a leitura final do conto.

A retórica *red pill* se organiza como um saber revelador. Seu eixo central é a ideia de “despertar”, entendida como a capacidade de ver o que os outros não veem, abandonar ilusões românticas e encarar a suposta “realidade” das relações humanas. Em “Uma galinha”, no entanto, Clarice Lispector constrói um mundo no qual nenhum despertar ocorre. Não há tomada de consciência, ruptura simbólica ou deslocamento ético. Tudo se passa no interior de um automatismo doméstico que funciona sem reflexão, sem questionamento e sem culpa.

Desde o início, a galinha está inserida em uma cadeia de gestos repetidos que não se apresentam como escolhas, mas como hábitos. As ações se sucedem por inércia, e é nesse automatismo que a violência se torna possível. O almoço de domingo não exige justificativa ética porque já se impõe como necessidade naturalizada. Nesse regime, a eliminação do outro não decorre de ódio ou perversidade, mas da simples continuidade da rotina.

Mesmo o episódio da fuga, que poderia sugerir uma ruptura, não produz consciência duradoura. Durante a perseguição pelos telhados, a galinha “parecia tão livre” (Lispector,

2016, p. 157). A formulação é decisiva, pois indica uma liberdade apenas aparente, um instante suspenso entre dois automatismos. Não há aprendizado nem memória ética. Capturada, a galinha é imediatamente reinserida na lógica anterior, que se restabelece sem resistência. A fuga não desperta ninguém; apenas interrompe temporariamente o fluxo das ações.

Esse ponto é central para o diálogo com o imaginário red pill. O “despertar” prometido por esse discurso supõe uma consciência ativa, capaz de romper com a ingenuidade e assumir o controle racional das relações. Clarice sugere o contrário. O perigo maior não está na ilusão, mas na normalização. A violência mais profunda não precisa ser desvelada porque já se apresenta como ordem natural das coisas.

Byung-Chul Han oferece uma chave decisiva para compreender essa forma de violência que não se manifesta como choque, mas como continuidade. Ao afirmar que “o excesso de positividade se manifesta também como excesso de estímulos, informações e impulsos. Modifica radicalmente a estrutura e economia da atenção. Com isso se fragmenta e destrói a atenção” (Han, 2015, p. 23), o autor descreve um regime no qual a experiência já não comporta pausa, negatividade ou interrupção. A saturação não produz conflito, mas dispersão. Não convoca resistência, mas adesão automática. Trata-se de um poder que não se impõe de fora, mas se reproduz precisamente porque elimina as condições da reflexão crítica.

No conto de Lispector, essa economia da atenção encontra um correlato narrativo preciso. A vida doméstica é regida por gestos sucessivos que não exigem pensamento. Preparar o almoço, perseguir a galinha, poupa-la, esquece-la, matá-la. Cada acontecimento absorve o anterior sem produzir ruptura. Mesmo episódios potencialmente disruptivos, como a fuga, a postura do ovo ou a convivência prolongada, são rapidamente reintegrados ao fluxo cotidiano. Nada se fixa, nada se elabora. A atenção não se concentra; apenas se desloca.

Nesse contexto, não há espaço para um despertar efetivo. A ausência de negatividade, de conflito real ou de suspensão do

curso das ações impede que a violência seja reconhecida como tal. O que poderia interromper o automatismo é imediatamente neutralizado pela continuidade da rotina. A galinha não é morta por ódio nem poupada por amor. Ela é administrada dentro de um sistema que funciona sem fricção, exatamente como descreve Han ao analisar sociedades que substituem a repressão pelo desempenho e a coerção pelo fluxo ininterrupto de estímulos.

A família não desperta nem mesmo diante do nascimento do ovo. O acontecimento, que poderia provocar reflexão, é imediatamente absorvido pela lógica funcional: “Todos correram de novo à cozinha e rodearam mudos a jovem parturiente” (Lispector, 2016, p. 157). O silêncio não é contemplativo, mas vazio. Há apenas suspensão momentânea da ação violenta, não transformação. A galinha é poupada, mas ninguém se altera.

Roland Barthes permite aprofundar essa crítica ao problematizar a própria noção de viabilidade como critério de valor nas relações. Ao questionar por que o “viável” deveria ser necessariamente um bem, Barthes desmonta a lógica que transforma o afeto em cálculo racional (Barthes, 2018). O discurso *red pill* reivindica exatamente essa viabilidade como prova de lucidez. Relações devem funcionar, produzir, render. Clarice revela que essa lucidez instrumental é, na verdade, uma forma de cegueira.

No universo de “Uma galinha”, tudo é viável. Matar a galinha, poupá-la, criá-la, esquecê-la, comê-la. A viabilidade não impede a violência; apenas a organiza. Não há contradição entre cuidado e morte porque ambos pertencem ao mesmo regime instrumental. A galinha pode ser chamada de “a rainha da casa” (Lispector, 2016, p. 158) e, ainda assim, permanecer absolutamente descartável. O título simbólico não produz ruptura; apenas encobre a precariedade da situação.

A própria ausência de interioridade da galinha reforça essa crítica: “não era nem suave nem arisca, nem alegre, nem triste, não era nada” (Lispector, 2016, p. 157). Clarice não romantiza o animal nem projeta nele uma consciência humana. Ao contrá-

rio, expõe como a recusa de subjetividade facilita a naturalização da violência. No discurso *red pill*, algo semelhante ocorre quando o outro é reduzido a categoria, estatística ou tipo. Elimina-se a complexidade subjetiva para tornar a relação administrável.

O verdadeiro “despertar”, se existe, não ocorre dentro da narrativa, mas fora dela, no leitor. Ao apresentar personagens que não refletem, não aprendem e não mudam, Clarice desloca a crítica para quem observa. A violência mais eficaz é aquela que não se percebe como tal.

Por isso, o gesto final do conto é tão perturbador: “Até que um dia mataram-na, comeram-na” (Lispector, 2016, p. 158). Não há drama, explicação ou remorso. O retorno à lógica inicial não é apresentado como queda, mas como continuidade. Tudo o que aconteceu antes, fuga, ovo, cuidado, convivência, não produziu ruptura alguma. A vida foi apenas administrada até deixar de ser conveniente.

Clarice sugere, assim, que o perigo maior não está na ignorância nem na ingenuidade, mas na crença de que ver claramente equivale a agir eticamente. O discurso *red pill* promete lucidez. “Uma galinha” demonstra que a lucidez instrumental pode coexistir perfeitamente com a violência. Mata-se não por ódio, mas por hábito. Poupa-se não por amor, mas por conveniência. Onde tudo funciona bem demais, nada precisa mudar, e é justamente aí que a violência se torna mais profunda, porque já não encontra resistência.

Ao desmontar a promessa de um “despertar” ético e evidenciar a persistência do automatismo como forma de governo da vida, “Uma galinha” conclui seu percurso crítico com uma constatação incômoda. A violência mais eficaz não é aquela que se exerce por exceção, mas a que se naturaliza como funcionamento ordinário. Entre o corpo dominado, a vida instrumentalizada, o afeto administrado e a maternidade capturada, o conto de Clarice Lispector revela, em chave alegórica, a lógica que sustenta tanto o imaginário *red pill* quanto outras racionalidades utilitárias contemporâneas. Trata-se de uma lógica que não precisa odiar para eliminar, nem amar para poupar.

Considerações finais

A leitura desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar que “Uma galinha” opera como uma alegoria rigorosa da racionalidade utilitária que atravessa, de modo explícito ou disfarçado, certas gramáticas contemporâneas das relações, entre elas a retórica *red pill*. O conto evidencia que a violência mais eficaz não é aquela que se anuncia como exceção ou ruptura, mas a que se naturaliza como funcionamento cotidiano. Mata-se por hábito, poupa-se por conveniência; preserva-se enquanto rende, descarta-se quando deixa de servir. Essa normalização não exige ódio e, justamente por isso, torna-se estrutural, silenciosa e persistente.

Ao iniciar pelo corpo, modtramos que a captura se instala antes mesmo de qualquer vínculo afetivo ou reconhecimento moral. O vivo é manejado, avaliado e reconduzido a um destino produtivo. Essa captura inaugural converte-se em critério de valor quando a vida passa a ser reconhecida apenas na medida em que se traduz em utilidade. A partir desse ponto, o cuidado não desaparece, mas se reconfigura. Ele se torna afeto condicionado, administração de um recurso, prolongamento funcional da violência sob a aparência de zelo.

Nesse mesmo regime, a maternidade assume papel central, não como reconhecimento ético do sujeito, mas como salvo-conduto provisório. Trata-se de uma trégua que suspende momentaneamente a violência sem jamais revogar sua possibilidade. A função materna, longe de libertar, estabiliza a dominação ao tornar a vida tolerável enquanto produtiva. Quando a função se esgota, a lógica do descarte reaparece sem conflito, como retorno à normalidade.

A figura da “vida entregue” condensa de modo exemplar essa dinâmica. A existência sob tutela não é vivida como direito, mas como concessão revogável, dependente de docilidade e utilidade. Nesse ponto, o conto clariceano revela a afinidade estrutural entre a administração doméstica da vida e formas contemporâneas de racionalidade instrumental que reduzem o ou-

tro a função, tipo ou desempenho. O diálogo com o imaginário *red pill* permite compreender como a promessa de lucidez pode ocultar uma ética empobrecida, compatível com a violência, desde que esta se apresente como cálculo, eficiência ou realismo.

Em contraponto a essa lógica, a chave beauvoiriana da liberdade como experiência necessariamente relacional permite nomear o núcleo ético ausente no universo do conto. Querer ser livre implica querer livres os outros. Onde o outro é convertido em meio, função ou recurso, a liberdade se torna privilégio unilateral e a violência passa a operar sem resistência. “Uma galinha”, ao construir um mundo sem reflexão, sem aprendizado e sem transformação, desloca a crítica para fora da narrativa. O verdadeiro “despertar”, se ocorre, ocorre no leitor, confrontado com a naturalização do descarte.

Como contribuição, o ensaio sustenta que a força crítica do conto reside em sua capacidade de expor a continuidade entre dominação do corpo, instrumentalização da vida, gestão do afeto e captura da maternidade, descrevendo um circuito no qual cuidado e morte pertencem ao mesmo regime utilitário. Como limite, reconhece-se que a análise privilegiou a dimensão alegórica e ética, sem esgotar as mediações sociotécnicas específicas da circulação contemporânea do discurso *red pill*. Pesquisas futuras podem aprofundar esse debate articulando a leitura literária a estudos empíricos sobre ambientes digitais, pedagogias afetivas masculinizadas e regimes de atenção, bem como ampliando o corpus clariceano para outras narrativas que tematizam a normalização da violência e a ruína do reconhecimento.

Referências

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Tradução de Hortênsia dos Santos. São Paulo: Francisco Alves, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BEAUVIOR, Simone de. *Moral da ambiguidade*. Tradução de Anamaria de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

BEAUVIOR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago. São Paulo: n-1 edições, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

LISPECTOR, Clarice. “Uma galinha”. In: LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016. p. 155–158.

SEGATO, Rita Laura. *As estruturas elementares da violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025. Recurso digital.

WESELOVSKI DA SILVA, A. C.; HENNIGEN, I. Misoginia online: a red pill no ambiente virtual brasileiro. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. DOI: 10.9771/rf.v12i1.57028. Disponível em: <link informado pelas autoras>. Acesso em: 25 jan. 2026.

Ao final, permanece o núcleo crítico que “Uma galinha” insiste em tornar visível. Quando tudo funciona bem demais, quando a utilidade governa, quando a reversibilidade se torna norma e o afeto é condicionado, a violência se aprofunda por-

que deixa de encontrar resistência. É nesse ponto que o conto de Clarice Lispector, ao mesmo tempo simples e implacável, ilumina com precisão uma exigência ética mínima que a racionalidade utilitária tenta apagar. A vida não pode depender do rendimento para ser reconhecida como vida.